

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR
ELEITORAL – TSE.

MD. LUIZ FUX.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 00676262/0001-70 e com endereço sito no Setor Comercial Sul – Quadra 02 bloco C nº 256, Edifício Toufic, 1º andar – CEP 70302-000 – Brasília/DF, por sua Presidente Nacional, *in fine* assinada, PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade de [REDACTED] [REDACTED] atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal, com endereço na Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados, gabinete 552, anexo IV, e endereço eletrônico dep.paulopimenta@camara.leg.br e LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO, brasileiro, casado, Senador da República (PT/RJ), portador de cédula de identidade RG [REDACTED], com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A Ala Teotônio Vilela, Gabinete 11, CEP 70.165-900, Brasília, DF, vêm à presença de Vossa Excelência, com supedâneo no art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 e no art. 36 da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97)

REPRESENTAR

Contra as Organizações Globo de Televisão, pessoa jurídica de direito privado e Fausto Silva, brasileiro, casado, apresentador de televisão na Rede Globo e, como beneficiário, Luciano Huck, brasileiro, casado, apresentador de televisão na Rede Globo e pré-candidato à Presidência da República no pleito de 2018, todos com endereço sito à Rua Von Martius, 22 - Jardim Botânico e/ou Rua Lopes Quintas, 303 - Jardim Botânico ou Estrada dos Bandeirantes, 6900 - Curicica - (RJ), tendo em vista, a prática, em tese, pelos dois primeiros representados, de abuso dos meios de comunicação e abuso de poder econômico, consoante razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – Dos Fatos.

Com efeito, o programa “Domingão do Faustão”, exibido para todo o Brasil pelas Organizações Globo de Televisão nas tardes de domingo, teve como convidados na data de ontem (7.1.18), em um dos quadros de grande audiência veiculada na sua programação, o casal Angélica e Luciano Huck.

É importante destacar inicialmente, que o apresentador Luciano Huck é um dos pré-candidatos à Presidência da República no pleito eleitoral de 2018 e, nessa condição deve ser compreendida sua participação no programa dominical referido.

Com efeito, durante vários minutos em que o casal foi entrevistado e respondeu, em cadeia nacional, perguntas do apresentador Fausto Silva, da plateia do programa e de populares nas ruas, em gravações adrede preparadas, o que se viu foi a demonização da atual política, dos políticos que a

representam, dos pré-candidatos que ostensivamente já se apresentaram para a sociedade como postulantes ao cargo presidencial e, de forma subliminar, a exaltação, pela organização Globo de Televisão e pelo Apresentador Faustão, da pré-candidatura do Representado Luciano Huck, como sendo algo de novo capaz de mudar a realidade vigente e trazer a “felicidade” esperada pelo sofrido povo brasileiro.

Vejam Senhores e Senhoras Ministros/as que embora sem assumir ainda a candidatura de seu funcionário, as Organizações Globo e o apresentador Fausto Silva, durante vários minutos, em rede nacional, discorreram acerca da necessidade dos brasileiros darem espaço para uma candidatura nova, diferente de tudo e de todos que aí se encontra, capaz de agregar novos valores à política e à vida nacional, de modo que somente através de candidaturas como a representada por Huck, o País e as futuras gerações poderiam vislumbrar um futuro melhor.

O que se viu, em verdadeiro abuso do uso de uma concessão pública, é que as organizações globo e o apresentador Fausto Silva, de modo objetivo e direto passou a promover, desde logo, em espaço que não terão os demais pré-candidatos, a pré-candidatura de Luciano Huck, utilizando-se de toda a sua estrutura de comunicação televisiva, o que demonstra, **pelos dois primeiros Representados**, uma tentativa de interferência antecipada na lisura e na igualdade da disputa presidencial que se avizinha.

Não se pode desconsiderar, nessa toada, a gigantesca estrutura das Organizações Globo, bem como o alcance da sua programação sobre os brasileiros e, ainda, o poder de convencimento do apresentador Fausto Silva, sem que quaisquer outros pré-candidatos, jamais tenham disponibilizado esse espaço de divulgação da própria pré-candidatura.

Releva destacar ademais a responsabilidade social que a concessão de uma rede de televisão detém para com as instituições e a sociedade brasileira, de modo que poderio que daí advém deve ser usado com extrema cautela, notadamente quando em jogo a disputa e a lisura das eleições democráticas.

Desta feita, a utilização das redes de televisão em que se promove, uma candidatura presidencial a partir da desqualificação de tudo e todos que hoje ocupam espaço na política e nos cargos eletivos, configura, em tese, a prática de abuso dos meios de comunicação e de abuso de poder econômico pelos dois primeiros Representados, tendo como beneficiário, como dito, o pré-candidato Luciano Huck.

Não se está aqui inquinado a participação de Huck no programa do apresentador Faustão como propaganda antecipada, já que o art. 36-A da Lei Eleitoral chancela essa ação. O que se condena é a utilização de uma concessão para a promoção de uma pré-candidatura, sem que haja qualquer possibilidade dos demais pré-candidatos, em igualdade de condições, ocuparem também o mesmo espaço midiático.

Trata-se de conduta desproporcional, que visa à pavimentação de uma candidatura que já nasce turbinada pelo poderio econômico e que, através da utilização indevida dos meios de comunicação (abuso da concessão), objetiva conquistar a simpatia e o apoio político do eleitorado.

Trata-se da promoção da pré-candidatura de Luciano Huck através de artifícios (entrevista despretensiosa) que objetivam auferir dividendos eleitorais, afetando desde logo a isonomia entre os pré-candidatos.

A utilização da imensa infraestrutura das Organizações Globo de Televisão em favor de uma pré-candidatura, importam na utilização de recursos econômicos de forma desproporcional, de modo a desequilibrar o pleito, razão pela qual resta caracterizada, em tese, a prática do abuso de poder econômico pela primeira Representada.

As emissoras de televisão devem se manter isentas durante o pleito eleitoral e pré-eleitoral, tendo em vista serem prestadoras de serviço público em regime de concessão ou permissão. Ou dão espaço para todas as pré-candidaturas em igualdade de condições ou se mantêm distante da disputa pré-eleitoral e eleitoral, sob pena de comprometimento, como ocorre na espécie, da isonomia de que deve nortear as candidaturas.

É exatamente por esse motivo que a legislação eleitoral é muito mais restritiva em relação a esses meios de comunicação (Rádio e Televisão), que se sujeitam a um controle muito superior àquele exercido sobre a imprensa escrita.

Nesse sentido:

“(…)

Esta Corte Superior, ao analisar a diferença de regimes jurídicos entre os meios de comunicação social, assentou que "a diversidade de regimes constitucionais aos quais submetidos, de um lado, a imprensa escrita - cuja atividade independe de licença ou autorização (CF, art. 220, § 60) -, e, de outro, o rádio e a televisão - sujeitos à concessão do poder público - se reflete na diferença marcante entre a série de restrições a que estão validamente submetidos os últimos, por força da legislação eleitoral, de modo evitar-lhes a interferência nos pleitos, e a quase total liberdade dos veículos de comunicação escrita" (AC nº 12-41, rel. Mm. Sepúlveda Pertence, DJE de 3.2.2006).

A participação do apresentador e pré-candidato Luciano Huck na programação do “Domingão do Faustão” teve o claro objetivo de impulsionar sua própria pré-candidatura presidencial, a partir da desqualificação dos atuais pré-candidatos, dos políticos e da política vigente, como se a anunciar um “salvador da pátria”, para tirar o Brasil da “situação em que se encontra”.

Nessas circunstâncias, o abuso de poder econômico e dos meios de comunicação tem sido caracterizados pela Corte Superior Eleitoral da seguinte forma:

“(…)

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, "o abuso de poder econômico ocorre quando determinada candidatura é impulsionada pelos meios econômicos de forma a comprometer a igualdade da disputa eleitoral e a própria legitimidade do pleito. Já o uso indevido dos meios de comunicação se dá no momento em que há um desequilíbrio de forças decorrente da exposição massiva de um candidato nos meios de comunicação em detrimento de outros" (REspe nº 4709-68/RN, rel. Min. Nancy Andrichi, julgado em 10.5.2012).

Não se pode deixar de afirmar que as Organizações Globo alcançam a totalidade de eleitores do País com sua programação e o programa dominical “Domingão do Faustão” possui uma das maiores audiências no domingo. Ademais, o referido apresentador têm o poder de influenciar milhões de eleitores através do discurso que veicula, razão pela qual a candidatura de Luciano Huck, que se coloca como alternativa de poder para a Presidência da República resta sobremaneira beneficiada.

Desse modo, as ações e condutas, principalmente dos dois primeiros Representados devem ser analisadas pela Corregedoria-Geral

eleitoral, com vistas a auscultar, diante da necessidade de se assegurar a isonomia de oportunidades no pleito eleitoral vindouro, eventual prática de abuso dos meios de comunicação e do poder econômico.

É o que se requer.

II – Do Direito.

A Lei Complementar nº 64/90 prescreve:

“Art.19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, **abuso do poder econômico ou político**, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Parágrafo único. **A apuração e a punição das transgressões mencionadas no "caput" deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração Direta, Indireta e Fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

...

Art.21. As transgressões a que se refere o Art.19 desta Lei Complementar serão apuradas mediante **procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizada pelo Corregedor-Geral** e Corregedores Regionais Eleitorais, nos termos das Leis números 1.579, de 18 de março de 1952, 4.410, de 24 de setembro de 1964, com as modificações desta Lei Complementar.

...

Art.22. Qualquer **partido político**, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral **poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade**, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

(...)” – grifos nossos -

Por sua vez, o art. 36-A da Lei Eleitoral estatui:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, **observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico**; (g.n).

A legislação eleitoral não veda à toda evidência a participação de pré-candidatos em entrevistas e programas na televisão.

Por outro lado, a liberdade de imprensa é essencial ao estado democrático e, em princípio, as emissoras de rádio e TV não estão proibidas de emitir opiniões favoráveis ou contrárias a candidatos, em programas em geral e editoriais.

A ressalva que deve ser feita é no sentido de que essa liberdade não tem caráter absoluto e não envolve possível concessão de tratamento negativo ou privilegiado a candidato, pré-candidato, partido político ou coligação.

Enfim, o que não se admite, como na espécie, é o impulsionamento de uma pré-candidatura, em detrimento das demais, em clara violação aos princípios da isonomia e da igualdade, com potencialidade para interferir, desde logo, no resultado do pleito que se aproxima.

Acerca do alcance do termo abuso para a efetiva configuração do ilícito eleitoral, colhe-se da doutrina de José Jairo Gomes (Direito Eleitoral. Del Rey, Belo Horizonte. 5ª Edição, 2010, p. 167):

“Por abuso de poder compreende-se a realização de ações exorbitantes da normalidade, denotando mau uso de recursos detidos ou controlados pelo beneficiário e a ele disponibilizados, sempre com vistas a exercer influência em disputa eleitoral futura ou já em curso. As eleições em que ele se instala resultam indelevelmente maculadas, gerando representação política mendaz, ilegítima, já que destoante da autêntica vontade popular”.

No tocante à ocorrência e caracterização do uso indevido de veículo ou meio de comunicação, destaca-se ainda da obra de Rodrigo Zilio (Direito Eleitoral, 3.ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012, p. 440):

A utilização indevida dos meios de comunicação social ocorre sempre que um veículo de comunicação social (v.g., rádio, jornal, televisão) não observar a legislação de regência, causando benefício eleitoral a determinado candidato, partido ou coligação. Inegável, e cada vez maior, a influência dos meios de comunicação de massa na sociedade atual, cuja característica principal é a

imediatidade da circulação de informação. FÁVILA RIBEIRO (pp. 45-48), após aduzir que os meios de comunicação devem ser tratados como poder social, sendo, pois, passíveis de controle, assevera que “as comunicações não tem sido compativelmente tratadas pela condição de poder que adquiriram no contexto da sociedade de massas, com a concentração de uma potencialidade informativa a se propagar com inusitada velocidade a pontos mais remotos”, concluindo que “no momento em que se afirma como poder, [o meio de comunicação] fica afetado pela tendência congênita a abuso, não que programe desencadear o mal, mas em proteger desregradamente os seus afeiçoados, abalando a regra igualitarista no âmbito do processo eleitoral”.

Afirma-se, por derradeiro, que a vertente Representação não aponta qualquer irregularidade nas ações estão ou venham a ser desenvolvidas pelos pré-candidatos presidenciais, como forma de difusão de suas candidaturas. Não se trata de propaganda eleitoral extemporânea, à toda evidência.

O que se repele é o abuso da concessão televisiva de forma a beneficiar, em tese, apenas uma pré-candidatura, em detrimento das demais.

III – Do Pedido.

Face ao exposto, requer da Corregedoria-Geral Eleitoral:

a) a **citação dos dois primeiros Representados como responsáveis** e do terceiro como beneficiário, nos endereços informados, para, querendo, impugnarem a presente Representação, sob pena de confissão ficta quanto à matéria de fato, bem como a intimação da douta Procuradoria Geral Eleitoral;

b) ao final, seja declarada a caracterização de abuso do poder econômico e dos meios de comunicação pelos dois primeiros Representados,

com a aplicação das penalidades insculpidas no texto da legislação de regência, inclusive, se for o caso, em relação ao beneficiário, da inelegibilidade e/ou a cassação do registro da respectiva candidatura;

c) a condenação dos dois primeiros Representados ao pagamento de multa.

Requer-se prazo para a juntada das procurações respectivas e, também, para a juntada de vídeo com a gravação do inteiro teor da entrevista veiculada.

Protesta pela produção de todo o gênero lícito de prova.

Termos em que

Pede Deferimento,

Brasília (DF), 9 de janeiro de 2018.

PAULO PIMENTA
Deputado Federal – PT/RS

LINDBERGH FARIAS
Senador da República - PT/RJ

ALBERTO MOREIRA RODRIGUES
OAB/DF – 12.652

BRENO BERGSON SANTOS
OAB/SE – 4.403